



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2011

(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer Informações ao Ministro da Educação sobre o uso de termos coloquiais da língua portuguesa com graves erros gramaticais em livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) voltado à distribuição de livros escolares aos estudantes da rede pública de ensino.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado o pedido de informações, a seguir formulado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Sr. Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação sobre o uso de termos coloquiais da língua portuguesa com graves erros gramaticais, em livros que compõem o acervo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) voltado à distribuição de livros escolares aos estudantes da rede pública de ensino, a exemplo da obra didática “Por uma Vida Melhor”, de Heloísa Ramos, que defende uma suposta supremacia da linguagem oral sobre a linguagem escrita, admitindo a troca dos conceitos “certo e errado” por “adequado ou inadequado”. A partir daí, frases com erros de português como “nós pega o peixe” poderiam ser consideradas corretas em certos contextos.

Segundo informações veiculadas na imprensa nacional, escritores e educadores criticaram a decisão de distribuir o livro, tomada pelos responsáveis pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Para Mírian Paura, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio



Câmara dos Deputados

de Janeiro (Uerj), as obras distribuídas pelo MEC deveriam conter a norma culta ou correta.

Dados divulgados pela imprensa também apontam que ao todo, 485 mil estudantes jovens e adultos receberam a referida publicação.

Nesse sentido, causa-nos espécie, que apesar das críticas de educadores e escritores, o MEC não tenha se pronunciado até o momento, no sentido de retirar das escolas o referido livro com graves erros gramaticais distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático. Por isso, em razão da gravidade dos fatos e de suas conseqüências, mas, visando, principalmente, evitar que fatos como estes voltem a acontecer, é necessário que a população brasileira seja informada sobre as seguintes questões:

- 1) Quais as motivações que levam o Ministério da Educação a não retirar de circulação livros que contenham graves erros gramaticais distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático?
- 2) Essa escolha de manter livros como o citado, em circulação nas escolas públicas reflete que necessidades, particularidades, interesses?
- 3) Quais as motivações que levam o Ministério da Educação a ignorar que existe uma língua-padrão, que todos temos o direito de conhecer?
- 4) Que benefícios podem ser auferidos aos alunos, uma vez que a política adotada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) pretende nivelá-los por baixo como se os alunos da rede pública de ensino fossem pessoas incapazes de aprender?
- 5) Em um país como o Brasil que tem 1 milhão de vagas nas empresas que não podem ser preenchidas porque os candidatos não apresentam qualificação técnica para ocupá-las, quais são os critérios de escolha tomados como referência na seleção e aprovação de livros didáticos com graves erros de concordância gramatical cuja finalidade é a de doutrinar crianças com a tese absurda de que não existe certo ou errado no uso da



Câmara dos Deputados

língua, contribuindo assim, por afastá-las do que elas mais precisam para ascender na vida?

JUSTIFICATIVA

Tornou-se público, por meio de notícias veiculadas pela imprensa nacional que livros didáticos que compõem o acervo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) aprovados pelo Ministério da Educação (MEC) defendem o uso de termos coloquiais da língua portuguesa com graves erros gramaticais.

O livro didático "Por uma Vida Melhor", diz que, na variedade linguística popular, pode-se dizer "Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado". Em sua página 15, o texto afirma, conforme revelou o site IG: "Você pode estar se perguntando: 'Mas eu posso falar os livro? Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico'".

Da problemática relatada, cabe destacar que a Academia Brasileira de Letras (ABL) também criticou em nota o livro didático distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) que defende erros de português. No comunicado, a ABL diz que estranha certas posições teóricas dos autores do livro polêmico. Segundo a ABL "todas as feições sociais do nosso idioma constituem objeto de disciplinas científicas, mas bem diferente é a tarefa do professor de língua portuguesa, que espera encontrar no livro didático o respaldo dos usos da língua padrão que ministra a seus discípulos".

Em relação ainda a essa problemática, corroboramos com Lya Luft em artigo intitulado "Chancela para a ignorância" publicado na edição semanal da revista Veja, de 22 a 25 de maio de 2011, quando essa autora salienta que tal política adotada pelo PNLD é o coroamento do descaso, da omissão, da ignorância quanto à língua e de algum laivo ideológico torto, pois uma das idéias



Câmara dos Deputados

seria não submeter os alunos menos informados – isto é, os que devem aprender como todos nós – a nenhum preconceito, porque falam e escrevem errado.

Diante do exposto, concluimos com a referida autora, de que se partirmos da premissa de que “devemos permanecer como somos”, a escola será supérflua, já que não conseguirá colaborar com o aperfeiçoamento pessoal e profissional dos alunos, para que eles, suas famílias, suas comunidades, ou seja, o país como um todo, se torne um pouco melhor.

Em face da clara relevância nacional e regional do assunto, requeiro a Vossa Excelência o envio deste Requerimento de Informações, nos termos legais e regimentais, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em de maio de 2011.

Deputado Rubens Bueno

PPS/PR